

José Bonifácio, a interpretação coimbrã e a Independência

José Bonifácio, la interpretación *coimbrã* y la Independencia

José Bonifácio, the Coimbra interpretation and Independence

AUTORES

**Luis Guilherme
Camfield
Barbosa***

lgcbarbosa@outlook.com

**Reginaldo
Teixeira Perez****

rtp10@hotmail.com

* Doutorando em Ciências Sociais pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Brasil).

** Professor do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Brasil).

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo explorar o pensamento político de José Bonifácio de Andrada e Silva, a partir da sua produção intelectual, em um recorte temporal que compreende os momentos anteriores à Independência do Brasil (últimos meses de 1821 e primeiras semanas de 1822). Sem subestimar aspectos estruturais que teriam influenciado diretamente os acontecimentos históricos, entende-se que Bonifácio foi peça central na secessão brasileira. Portanto, compreender o seu pensamento político, plasmado nos seus escritos do período, auxiliaria no entendimento da separação do Brasil de Portugal. A hipótese preliminar apresentada é a seguinte: José Bonifácio traduziu a interpretação de parte da elite luso-brasileira (em especial, a elite paulista coimbrã), que se viu frente à inevitabilidade da Independência, dados os rumos políticos da Revolução Liberal do Porto (1820).

RESUMEN:

El presente trabajo tiene como objetivo explorar el pensamiento político de José Bonifácio de Andrada e Silva, a partir de su producción intelectual, en un marco temporal que comprende los momentos previos a la Independencia de Brasil (últimos meses de 1821 y primeras semanas de 1822). Sin menospreciar aspectos estructurales que habrían influido directamente en los acontecimientos históricos, se entiende que Bonifácio fue la pieza central de la secesión brasileña. Por lo tanto, comprender su pensamiento político, plasmado en sus escritos de la época, ayudaría a comprender la separación de Brasil de Portugal. La hipótesis preliminar presentada es la siguiente: José Bonifácio tradujo la interpretación de parte de la élite luso-brasileña (en particular, la élite paulista coimbrã), que se enfrentaba a la inevitabilidad de la Independencia, considerando los derroteros políticos de la Revolución Liberal en Oporto (1820).

ABSTRACT:

The present work aims to explore the political thought of José Bonifácio de Andrada e Silva, from his intellectual production, in a time frame that includes the moments before the Independence of Brazil (last months of 1821 and first weeks of 1822). Without underestimating structural aspects that would have directly influenced historical events, it is understood that Bonifácio was the centerpiece of the Brazilian secession. Therefore, understanding his political thought, shaped in his writings of the period, would help in understanding the separation of Brazil from Portugal. The preliminary hypothesis presented is the following: José Bonifácio translated the interpretation of part of the Luso-Brazilian elite (in particular, the São Paulo elite), who were faced with the inevitability of Independence, given the political paths of the Liberal Revolution in Porto (1820).

1. Introdução

Os paulistas, porém, não podendo por mais tempo disfarçar o seu justíssimo ressentimento, são os primeiros que ousam levantar sua voz e protestar contra atos inconstitucionais, com que se pretende iludir e escravizar um povo livre, cujo crime é haver dado demasiado crédito a vãs promessas e doces palavras (Andrada e Silva, 1973, p. 53).

Em 1819¹, ao retornar para o Brasil depois de longos anos de serviço na burocracia portuguesa², José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 - 1838) não tinha como saber que, dentro de pouco tempo (1822), seria convidado pelo então príncipe regente D. Pedro, para ser seu ministro do Reino e Negócios Estrangeiros. A partir desse convite, não apenas a sua vida mudaria, mas também a de outros milhões de brasileiros.

Já foi muito discutida a importância de José Bonifácio no processo da Independência brasileira. De certa forma, uma historiografia brasileira primeva, que se inicia ainda no século XIX (Cezar, 2005; Varnhagen, 2010), começa a criar a ideia do “patriarca da Independência”. Partindo disso, no desenrolar da historiografia nacional em épocas mais contemporâneas, o personagem histórico “José Bonifácio” passou a ser objeto de estudo e questionamentos: seria ele, de fato, um dos agentes centrais do processo de emancipação? Ou, quiçá de modo exagerado, o seu agente central? Assumir uma resposta positiva é concordar que, sem ele, a Independência teria menos chances de ocorrência. Contudo, em uma interpretação mais comedida (que não abandona a importância de sua figura política, somando-a ao peso do processo histórico mais abrangente), pode-se afirmar que a Independência do Brasil talvez não tivesse se consolidado nos moldes que conhecemos sem a atuação de José Bonifácio. É a partir dessa perspectiva que o presente trabalho é desenvolvido³.

Nesse sentido, privilegiar pensamento e atuação de uma elite de Estado não significa assumir uma suposta “autonomia do político”, mas antes redimensioná-la em função da própria dinâmica da sociedade, orientadora das atitudes e projetos políticos diversos emanados do poder central, bem como dos limites à sua efetivação (Silva, 2006, p. 25).

Bonifácio exercitava uma interpretação sobre o Brasil que se fez presente nos anos posteriores ao processo de secessão (Lynch, 2005; Sousa, 2019), qual seja, a da necessidade de um projeto de construção nacional baseado na centralização administrativa e na prevalência da monarquia constitucional. Dada a posição privilegiada que ocupou como *policy maker* durante os primeiros momentos da Independência, José Bonifácio traduziu para o nascente Estado brasileiro a gramática política pombalina⁴, herdada por ele nos longos anos em que viveu em Portugal (Faoro, 1989) – principalmente pela proximidade intelectual que teve com D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, afilhado do Marquês de Pombal e seu “padrinho político” (Silva, 2006). Defensor de um governo de poucos e doutos ilustrados, que teriam a tarefa de construir e guiar o neófito Estado brasileiro, Bonifácio desejava promover no Brasil a “modernização iluminista” de cima para baixo e de dentro do Estado para fora (Dolhnikoff, 2012).

Na realidade, esse estudioso erudito, formado no convívio europeu, impregnado de ideias ilustradas, pertencendo à elite econômica e cultural do país, desconfiando da massa de mestiços, negros livres e escravos, sonhava com uma “aristocracia republicana”, um governo dos “sábios e honrados” (Costa, 2010, p. 86).

Nas páginas que seguem, analisar-se-ão três textos de autoria de José Bonifácio, que teriam traduzido uma mudança interpretativa de parte das elites brasileiras às portas da Independência.

PALAVRAS-CHAVE

José Bonifácio;
Independência
do Brasil; elites
políticas.

PALABRAS CLAVE

José Bonifácio;
Independencia
de Brasil; élités
políticas.

KEYWORDS

Jose Bonifacio;
Independence of
Brazil; political
elites.

Recibido:
10/08/2022

Aceptado:
07/06/2023

São eles: “Lembranças e apontamentos do governo provisório da Província de São Paulo para seus deputados”, de 10 de outubro de 1821; e duas “Representações ao Príncipe”, divulgadas em audiência pública em 26 de janeiro de 1822 (Andrada e Silva, 1973). No primeiro texto, pode-se observar a tentativa de estabelecer um regramento político mínimo para o então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (vigente desde 1815). Nesse ponto, não se falava em separação ou Independência, mas, antes, em harmonia e conveniência mútua. Nas semanas que separam as “Lembranças e apontamentos” das “Representações”, o eixo interpretativo das elites paulistas de que Bonifácio participa muda: dados os caminhos das Cortes de Lisboa, a Independência passa a figurar cada vez mais nitidamente no horizonte político desses brasileiros⁵. Dessa maneira, o processo de secessão é compreendido como um movimento político abrangente e multifatorial, no qual José Bonifácio teria tido papel de destaque. Assim sendo, far-se-á nas páginas que seguem, uma análise crítica das fontes primárias supracitadas, auxiliada pela principal literatura secundária que maneja o assunto.

Uma breve nota teórica. Propõe-se, aqui, o conceito de “intelectual-político” – com essa precisa locução. Aglutinam-se, dessa forma, os conceitos de “intelectual” e de “político”. Do primeiro, retenha-se a sua disposição aos exercícios cognitivos com independência axiológica; do segundo, retire-se a sua virtuosidade às proposições de ordens sociopolíticas. No primeiro caso, ter-se-ia a atividade científica; no segundo, o manejo das “artes do Estado”. É possível citarmos como exemplares de um e de outro, respectivamente, Julien Benda e o “político profissional”, da lavra de Max Weber⁶. Aquele pode ser definido como um “estrangeiro”, por ser alheio às pressões valorativas particulares de seu tempo, mas submetido a uma ética universal; este seria o contrário, haja vista *ter de fazer o que é necessário fazer*, na definitiva avaliação weberiana de um político a partir da ética da responsabilidade. Assuma-se essa tensão para que confirmemos José Bonifácio como um “intelectual-político” – alguém que personifica, dramaticamente, a conjugação da capacidade reflexiva com elementos estritamente pragmáticos.

A seguir, apresentam-se um breve comentário sobre a formação das elites políticas brasileiras do período, bem como uma análise dos textos *andradinos* referidos. Desde já, ressalta-se que o presente trabalho não terá a pretensão de exaurir o debate. Em vez disso, almeja-se a promoção de uma interpretação política dos acontecimentos históricos, tendo-se como foco uma figura destacada. De tal maneira, desfilando-se algumas considerações a partir da perspectiva exposta, espera-se estimular novas reflexões sobre o assunto.

2. A formação de uma elite imperial

From the previous discussion it can be concluded that the presence of an elite such as the one found in Brazil at the end of the colonial period was no accident at all. It was the product of an explicit effort made by the Portuguese state (Carvalho, 1982, p. 392).

Sob o domínio de D. José I (1750 – 1777), Portugal experimentou um período de rápida modernização conhecido como o “Iluminismo português” (Maxwell, 1997). Foi nesse momento que a Universidade de Coimbra foi reformada, e os jesuítas, que até então detinham o monopólio do ensino, foram perseguidos e expulsos de Portugal. O embate deu-se de tal modo que “travou-se no século XVIII, em Portugal, uma luta entre o reacionarismo intelectual e o absolutismo monárquico, e as ideias filosóficas, estéticas e políticas do Iluminismo” (Barreto, 1982, p. 19). Nesse processo, as elites dirigentes do Império lusitano tratariam de tentar recolocar Portugal no mesmo passo intelectual e econômico do restante da Europa.

Pouco tempo depois da morte de D. José, chegaria a Portugal José Bonifácio (1783). Foi nesse ambiente transformado pela administração pombalina e sob o reinado de D. Maria I que ele completou a sua formação intelectual (Monteiro, 2009). Assim sendo, como muitos outros filhos da elite colonial brasileira, o destino de Bonifácio foi o de terminar os seus estudos na metrópole portuguesa (Carvalho, 1982). Os termos “colônia” e “metrópole” merecem atenção. Durante os primeiros séculos do domínio português na América, os termos comuns para se tratar o território eram “conquista” ou, mesmo, “domínios ultramarinos” (Monteiro, 2009). Os vocábulos “colônia” em contraposição à “metrópole”, ambos com forte conotação político-econômica, foram aos poucos sendo absorvidos pelo léxico imperial no desenrolar do século XVIII. Além disso, uma

“identidade americana” dos habitantes do Brasil começou a ser gestada ao longo do mesmo século, em um lento processo que não rompeu os laços - materiais e simbólicos - de uma autoimagem mais geral de indivíduos pertencentes a um Império Ultramarino Português (Pimenta, 2006).

Contudo, essa ligação entre as elites de Portugal e do Brasil não se restringia apenas ao aspecto simbólico. Em termos de redes de sociabilidade e espaços sociais ocupados, fica evidente um caráter ímpar da administração lusitana:

Em nenhum estado europeu as elites possuíam uma experiência do império comparável à portuguesa. A monarquia portuguesa tinha uma dimensão imperial única no contexto da Europa do século XVIII. Não apenas pela referida dependência financeira, mas também porque as respectivas elites tinham, quase na mesma medida em que se fecharam aos contatos culturais com outras potências do velho continente, uma experiência de circulação pelo império que não tinha paralelo na época. Acresce que os naturais do reino desempenhavam um papel sem equivalente na estruturação das elites do Brasil (Monteiro, 2009, p. 8).

Evidenciando-se esse fator diferencial, José Murilo de Carvalho, em célebres trabalhos (Carvalho, 1982, 2000, 2003), apontou que foi a unidade da elite brasileira o fator decisivo para o processo de Independência sem fragmentação da ex-colônia. Em comparação, cita-se a experiência da América espanhola, onde ocorreu uma profunda divisão após às independências⁷.

A explicação mais comum para tal unidade do Estado brasileiro estaria fundamentada na vinda da família real para a América (1808). Segundo essa perspectiva, a presença da corte lusitana no Rio de Janeiro teria permitido uma transição lenta e pactuada para a Independência. Apesar de concordar com a enorme importância desse aspecto, Carvalho (1982) afirma que a escolha pela saída monárquica e constitucional foi *uma* opção entre *tantas* que a elite política brasileira escolheu. Essa escolha ficaria ainda mais explícita quando, em 1831, D. Pedro I abdica e, ao invés de optarem por um governo republicano (imitando, dessa maneira, as ex-colônias espanholas que cercavam o Brasil), as elites nacionais brasileiras decidem proclamar o herdeiro de 5 anos de idade Imperador (D. Pedro II). O ponto de união determinante teria sido, segundo a abordagem desse debatedor, o ideário político médio compartilhado e as semelhanças de caráter sociológico (intelectual e socioeconômico) das elites que promoveram a secessão – e que, posteriormente, administraram o país.

Dessa maneira, conclui José Murilo de Carvalho:

My contention is that phenomenon was no coincidence at all. The Spanish colonial universities made possible the creation of numerous local educated elites, with little if any contact with the mother country or with other neighboring colonial subdivisions. When the struggle for Independence began, few of these people had, as did the libertadores, the larger view of the whole colony in mind, the majority being limited by its parochial experience. But at the same moment, in the former Portuguese colony, there was a single elite, one which was, so to speak, a small club of friends and former classmates. Its members came from all parts of the huge colony, but they had got to know each other at Coimbra where they had an organization of their own (Carvalho, 1982, p. 385).

Sendo assim, as elites brasileiras teriam sido uma peça fundamental na constituição (na maior parte da história colonial brasileira) e na dissolução do Império Ultramarino Português. Portanto, analisar os escritos *andradinos* que vocalizaram a interpretação política de parte dessa elite permite-nos desvelar mais uma interessante página do processo de secessão.

Ao retornar para o Brasil, depois de mais de três décadas a serviço da coroa lusitana na Europa, Bonifácio foi um dos membros mais destacados da chamada “elite coimbrã” (Lynch, 2005, 2008). Esta era composta por um grupo de indivíduos formados na Universidade de Coimbra e pertencentes à alta burocracia do Estado português. Nesse ponto, Lynch e Carvalho concordam: “O projeto dos coimbrões se caracterizava por ser mais centralizador do que federativo; mais monárquico do que parlamentar e mais estatizante do que o dos

brasilienses” (Lynch, 2008, p. 85). Estes últimos eram formados por membros da elite agrária local, defensores de ideias políticas descentralizadoras e de uma economia mais aberta a outros países. Como membros destacados da elite brasiliense, e, portanto, opositores ao grupo liderado por José Bonifácio, citamos “Gonçalves Ledo, no Rio; Diogo Antonio Feijó, em São Paulo; Frei Caneca, em Pernambuco” (Lynch, 2011, p. 26).

Segundo eles, existia, sim, sociedade civil. Essa sociedade civil é composta por eles próprios – a elite. Ela é forte, brava, corajosa, virtuosa. O Estado, por sua vez, não pode ter autonomia, e sim um leal servidor, representante dos interesses da sociedade. Do contrário, não há liberdade, mas autoritarismo e ditadura – despotismo, como se dizia (Lynch, 2011, p. 26).

Como exemplo de cisão política entre coimbrões e brasilienses, pode-se citar a escravidão⁸: enquanto os coimbrões, em sua maioria, defendiam o fim da escravidão como parte de um projeto de construção nacional a partir da ação do Estado (por conveniência política e econômica); os brasilienses, de sua parte, representando os interesses das elites locais (leia-se, do grande latifúndio interiorano), defendiam a manutenção do sistema econômico escravagista tal qual ele existia, como uma suposta garantia de sobrevivência econômica do nascente Estado brasileiro.

O projeto coimbrão encontrou seu maior expoente num antigo discípulo do Conde de Linhares, líder do reformismo ministerialista português – o agora deputado e ministro do Reino José Bonifácio de Andrada e Silva. Para ele, dadas a vastidão de seu território e as inumeráveis riquezas nele disponíveis, as oportunidades oferecidas pelo novo Império eram ilimitadas; no entanto, dividida horizontalmente pelas distâncias e verticalmente pela escravidão, a própria nação ainda estava por fazer. Daí que era preciso abrir estradas, atrair a imigração estrangeira, desenvolver a agricultura, civilizar os índios, distribuir terras – enfim, lançar as bases de uma nação próspera e poderosa (Lynch, 2008, p. 85).

3. Mudança de entendimento – uma análise dos textos *andradinos*

3.1 Lembranças e apontamentos

Passamos agora a uma breve análise dos textos *andradinos* selecionados. Conforme afirmado anteriormente, a hipótese preliminar é que, nessas obras, Bonifácio traduziu a interpretação de uma parte da elite luso-brasileira (coimbrões) a respeito do processo da Independência nos seus primeiros momentos. Seja por questões de formação intelectual ou de trajetória profissional, esses indivíduos que estudaram em Coimbra e passaram a fazer parte da burocracia portuguesa tentaram, em um primeiro momento, manter os laços que ligavam o Brasil a Portugal. Após e em decorrência dos desdobramentos políticos do que estava acontecendo no Porto (1820) e em Lisboa (1821), a separação foi consolidando aos poucos a sua imagem nas mentes desses indivíduos.

José Bonifácio, então membro da junta governativa de São Paulo, redigiu uma série de apontamentos⁹ aos representantes paulistas que participariam das Cortes de Lisboa em 1821. Desde a primeira página do documento, transparece a intenção de manutenção do Reino Unido entre Portugal e Brasil, sem citar, em nenhum momento, o tema de um possível divórcio entre as duas nações:

Esta nos parece ser a marcha que deve seguir do soberano Congresso para completar o augusto projeto da nossa regeneração política e recíproca união; objeto capital, que requer de todo o bom patriota a imparcialidade e boa-fé, madureza e crítica apurada, para que os laços indissolúveis, que hão de prender as diferentes partes da monarquia em ambos os hemisférios, sejam eternos como esperamos; afiançando ao Reino Unido, ao do Brasil e às suas respectivas províncias os seus competentes direitos e encargos; e determinando o modo por que cada uma delas deve concorrer para se conseguirem tão necessários e faustíssimos fins (Andrada e Silva, 1973, p. 17).

Ressaltamos que o “patriotismo” evocado por Bonifácio não dizia respeito à nação brasileira, inexistente, mas sim ao Reino Unido. Além do interesse na indivisibilidade e manutenção da estrutura política unificada, outros pontos arrolados no item “Negócios da União” são tão relevantes quanto esse. Cita-se: a afirmação da igualdade de direitos políticos entre os membros da União; a chamada para que se determine onde e como será a sede da Monarquia portuguesa; o olhar sobre o comércio interno e externo, com observação para as liberdades de “ambos os reinos” na tentativa de conciliar os seus recíprocos interesses, sempre que possível; bem como a alusão à fundação de um tesouro da União, que ultrapassaria os tesouros particulares de Portugal e Brasil.

Para que haja justiça e igualdade nas decisões das Cortes Gerais e ordinárias da nação portuguesa, parece necessário que os seus deputados, tanto do Reino de Portugal como do Ultramar, sejam sempre em número igual, qualquer que seja para o futuro a população dos estados da união. Esses deputados poderão ser reelegíveis para as outras legislaturas; porque convém que sempre haja no corpo legislativo homens com experiência, e que vigiem pela conservação da sua própria obra. Esta reelegibilidade porém poderá cessar por algumas legislaturas, se se adotar o renovar dos deputados pela metade em cada dois anos, tirando os que devem sair à sorte, contanto que, desta metade que deve sair, seja uma parte igual dos deputados do Reino de Portugal e outra dos deputados dos Estados Ultramarinos (Andrada e Silva, 1973, pp. 18-19).

Os apontamentos são bastante esclarecedores quanto à forma governativa proposta: um governo geral centralizador, administrado pelo herdeiro da coroa lusitana. Dessa maneira, José Bonifácio antecipava um ponto que se mostraria constante em seu pensamento político durante o período em que foi ministro do Reino de D. Pedro: a consolidação da Independência brasileira e a manutenção territorial da nova nação passariam diretamente pelo uso da monarquia e da figura do Imperador como elementos aglutinadores e apaziguadores. E isso se daria em duas frentes, uma interna e outra externa: de um lado, para amainar os dissidentes radicais e regressistas que viviam no Brasil; por outro lado, para cooptar, senão a anuência pelo menos a imparcialidade da Santa Aliança europeia que, na época, era liderada pela coroa austríaca, a qual, por sua vez, estava ligada ao Brasil pelo matrimônio entre D. Pedro I e a Princesa Leopoldina.

Parece conveniente que se estabeleça um governo-geral executivo para o Reino do Brasil, a cujo governo central estejam sujeitos os governos provinciais, determinando-se os limites dessa subordinação. (...). Este governo-geral de união central do Brasil será organizado por emanção e delegação dos eleitores do povo e do poder supremo Executivo, e nos parece conveniente que no tempo em que a sede da monarquia e das Cortes não existir no Brasil seja sempre presidida a Regência pelo príncipe hereditário da Coroa (Andrada e Silva, 1973, p. 19).

À frustração com os caminhos tomados pelas Cortes (1821-1822) sucederia um conjunto de acontecimentos que desaguardaria na Independência Brasileira. Em todos eles, José Bonifácio teve, ao lado de D. Pedro, um papel protagonista (Costa, 2010).

3.2 Representações ao príncipe

Os dois documentos analisados a seguir foram redigidos semanas após as “Lembranças e apontamentos”, nos meses que separam outubro de 1821 e janeiro de 1822. Inicialmente, José Bonifácio deixa transparecer o incômodo com os caminhos que as Cortes tomaram em relação ao Brasil. Principalmente, ressalta a condição de “portugueses-brasileiros” daqueles que moravam no Brasil e, com isso, reivindica igualdade de tratamento para os que vivem na América portuguesa:

Se for indubitável que a nação portuguesa, por seus feitos imortais, tem sido em todas as épocas considerada como uma nação de heróis; se for certo que nenhum povo da terra lhe pode disputar virtudes sublimes, que tanto enobrecem, tais como a adesão e fidelidade a seus reis, entusiasmo pela glória e patriotismo exaltado; também é incontestável que ela sempre é a mesma; que os mesmos sentimentos a animam, quer habite um ou outro hemisfério (Andrada e Silva, 1973, p. 53).

O que estava em disputa nas Cortes, entre outras coisas, era a condição brasileira de reino unido a Portugal - para os deputados brasileiros, era principalmente isso. Desde que D. João chegara no Brasil em 1808, uma série de reformas foram realizadas pela administração portuguesa no Rio de Janeiro para tornar o Brasil a sede oficial do Império português (Costa, 2010). Proibições comerciais foram anuladas, ao mesmo tempo em que foram feitas obras de infraestrutura e construção civil. Os portos brasileiros foram abertos “às nações amigas” depois de quase três séculos de isolamento, conjuntamente com a permissão para a criação e desenvolvimento de uma imprensa moderna na agora ex-colônia. Contudo, nenhuma dessas reformas do período joanino foi tão impactante quanto a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815. Virtualmente, o sistema colonial, estabelecido desde que os portugueses chegaram às praias do nordeste brasileiro no século XVI, chegava ao seu termo.

Era impossível pois, real senhor, que os brasileiros de hoje, herdeiros dos nobres sentimentos e valor de seus antepassados, e ilustrados pelas luzes do século, não vivessem possuídos do amor da glória, e cada vez mais inflamados no desejo de ver livre e independente o seu país natal; era impossível que, depois de tão lisonjeiras esperanças de uma melhor sorte, eles não tremessem agora de horror, indignação, prevendo desde já o medonho futuro que os ameaça, se se realizarem os planos de escravidão que lhe preparam os portugueses da Europa (Andrada e Silva, 1973, p. 53).

Nesse trecho, José Bonifácio deixa transparecer toda a sua frustração (da qual compartilham seus apoiadores) com os reveses das Cortes de Lisboa, desejosas de reestabelecer o sistema colonial com toda sorte de bloqueios e restrições comerciais. Uma vez que o Brasil foi inserido em um sistema econômico internacional - com suas relações direcionadas à Inglaterra, diga-se de passagem -, não sem dificuldades se conseguiria reestabelecer os privilégios de outrora. O caminho da Independência brasileira estava sendo tomado, mesmo que as lideranças políticas das Cortes não se apercebessem disso. Cabe ressaltar o grave tom utilizado por Bonifácio nos dois trechos que seguem:

Os paulistas, porém, não podendo por mais tempo disfarçar o seu justíssimo ressentimento, são os primeiros que ousam levantar sua voz e protestar contra atos inconstitucionais, com que se pretende iludir e escravizar um povo livre, cujo crime é haver dado demasiado crédito a vãs promessas e doces palavras (...). Eles nos têm enviado tropas, sob pretextos especiosos, sem que houvesse inimigos externos a combater, ou dissensões intestinas a sufocar (Andrada e Silva, 1973, pp. 53-54).

Essas mesmas elites paulistas, que poucas semanas atrás embarcaram para a Europa com as “Lembranças e apontamentos” a lhes indicar a defesa de uma convivência harmoniosa entre as entidades do Reino Unido, agora se levantavam em documento oficial contra os caminhos políticos exigidos pelos representantes portugueses nas Cortes. José Bonifácio vocaliza um diagnóstico compartilhado entre os paulistas que representava: caso D. Pedro acatasse as ordens das Cortes, o Brasil seria colocado frente a uma difícil encruzilhada em que a) iria para uma rota direta à “recolonização” ou b) para a Independência de caráter republicano.

Depois de haverem conseguido o principal objeto do seu plano, o arrancar do Brasil o precioso depósito que o Céu lhe confiara em 1808; depois de haverem recebido do brasileiro as mais decisivas provas de uma confraternidade sem igual, mudaram inteiramente de tom a respeito destes mesmos sinceros brasileiros, a cuja indiscreta cooperação devem com grande parte o feliz resultado de sua perigosíssima empresa. (...). Ordenaram que V.A.R. vá quanto antes para Portugal, deixando o Reino do Brasil sem centro comum de governo e união, e tornando-o dependente de Lisboa em todas as suas relações e negócios; qual vil colônia sem contemplação. Esta medida, a mais impolítica que o espírito humano podia ditar, tomada sem se consultar os representantes do Brasil, é o maior insulto que se podia fazer a seus habitantes; e sua execução, nós ousamos dizer, será o primeiro sinal da desunião e da discórdia, será o princípio das desgraças incalculáveis que têm de arruinar ambos os Reinos (Andrada e Silva, 1973, pp. 53-54).

Antes de tudo, as duas “representações” analisadas respondem decretos emitidos pelas Cortes (datados de 29 de setembro de 1821 e divulgados no Brasil a partir da *Gazeta extraordinária do Rio de Janeiro*,

em 11 de dezembro de 1821), que, de uma só vez, ordenavam a volta do príncipe regente para Portugal, a restituição dos privilégios das colônias sobre o mercado brasileiro e a nomeação de um governador geral plenipotenciário enviado para cá da Europa: “então rasgou-se de todo o véu, e apareceu a terrível realidade. O Governo, Câmara, Clero, e Povo de S. Paulo estremeceu de horror, e ardeu de raiva” (Andrada e Silva, 1973, p. 61). Revelando o tom dramático que o cenário político assumia, assina José Bonifácio em momentos anteriores ao famoso “dia do fico”¹⁰:

se porém V.A.R. apesar de tudo estivesse, como já não cremos, pelos deslumbrados, e anticonstitucionais Decretos de 29 de Setembro, além de perder para o mundo, o que não era possível, a Dignidade de Homem livre, e de Príncipe, teria também de responder perante o Tribunal da Divindade pelos rios de sangue que iriam ensopar pela sua ausência nossos campos, e montanhas; porque quebrados de uma vez os prestígios da ignorância, e da escravidão antiga, os honrados Portugueses do Brasil, e mormente os Paulistas, e todos seus netos, e filhos, que habitam a populosa, e rica Província de Minas Gerais, o Rio Grande do Sul, Goiás, e Mato Grosso, escudados na justiça da sua causa, seguros na sua união, força, e riqueza, quais Tigres esfaimados, tomariam vingança crua da perfídia desse punhado de inimigos da ordem, e da justiça, que vendidos à política oculta de Gabinetes Estrangeiros, e alucinando as Cortes, pretenderam fazer a sua, e a nossa infelicidade; e esta vingança faria época na História do Universo (Andrada e Silva, 1973, p. 65).

4. Considerações finais

É possível que o receio do que poderia ser decidido nas Cortes tenha sido o fator anímico a conduzir Bonifácio a escrever as linhas dos “Apontamentos” em tom de conciliação. A partir desse exercício de livre interpretação aqui realizado, pode-se vislumbrar José Bonifácio antevendo a tentativa das elites portuguesas de envolver o Brasil mais uma vez no antigo sistema colonial. Dadas as exigências passadas da Revolução do Porto com relação a D. João VI (de retorno do Rei para Portugal em 1821), essa leitura não parece ser de todo descabida. Também, levando em conta que, quando Bonifácio assina os “Apontamentos” para os deputados brasileiros (10 de outubro de 1821), a sorte do Brasil já havia sido decidida em Lisboa (29 de setembro de 1821), compreende-se parte da resposta dada nas “Representações”.

As “Representações”, diferentemente dos “Apontamentos”, foram documentos criados tendo como único destinatário o príncipe regente D. Pedro. Posteriormente tornados públicos, traziam a revolta das elites paulistas – em especial, a elite coimbrã de São Paulo – com os rumos das Cortes. Porém, deve-se dizer que, nessa altura do processo político, coimbrões e brasilienses estavam, em boa medida, de acordo com relação aos limites do exercício da política.

Em momento posterior à publicação dos documentos estudados no presente trabalho, José Bonifácio foi convidado por D. Pedro a compor o seu primeiro ministério. Em uma trajetória rápida, porém impactante, frente à pasta do Reino e Negócios Estrangeiros, Bonifácio conseguiu transmitir para o nascente Estado o receituário político que pensava ser o mais correto para o cenário brasileiro: um Estado unitário, centralizador e monarquista constitucional. Apesar do exílio em 1823, decretado pelo mesmo D. Pedro a quem nutria laços íntimos de amizade, o mais ilustre dos irmãos Andrada veria a consolidação do seu projeto político à distância. Verdade seja dita, será outro o grande operador político da Constituição de 1824 (Lynch, 2014). Contudo, dada a sua precedência e peso político durante o processo de secessão, foi José Bonifácio o precursor do ideário coimbrão no Brasil independente.

Dito isso, evidenciam-se os motivos do percurso do presente trabalho: Bonifácio teria sido o tradutor, no Brasil, de tal ideário. Nos momentos imediatamente anteriores à Independência, foi ele quem organizou e deu voz à interpretação de importante parcela da elite brasileira sobre os rumos políticos naquele início de século XIX. Trata-se da interpretação de uma elite, que se enxergava como pertencente a um Império Ultramarino, que se viu traída nos seus interesses políticos e econômicos por seus pares e que, finalmente,

começou a vislumbrar a inevitabilidade do processo de separação do Brasil de Portugal. Como apontou uma arguta estudiosa do período em tela:

O processo de independência do Brasil, portanto, não foi uma revolução, nem produto de uma consciência nacional forjada por misteriosas forças anônimas. Ao contrário, envolveu apenas um público reduzido, formado pelos membros das elites e por um pequeno número de homens livres, com acesso mais ou menos direto à cultura escrita em que eram veiculados os principais debates. Os acontecimentos subsequentes ao 24 de agosto de 1820 geraram uma série de mal-entendidos entre as elites portuguesas e brasileiras, apesar de transcorrerem exclusivamente no interior de uma mesma cultura política, elaborada em Portugal por influência das Luzes e que assumiu forma de um liberalismo mitigado, do qual não estavam completamente ausentes as práticas características do Antigo Regime. As medidas autoritárias das Cortes foram respondidas pelos atos de rebeldia de d. Pedro, com o apoio das elites brasileiras, ainda que as contradições presentes entre os seus membros também permitissem ao jovem imperador utilizá-las para perseguir seus próprios fins. Adaptaram-se, assim, os ideais da geração de 1790 de um “império luso-brasileiro” à concepção do possível “império brasílico” (Neves, 2003, p. 22).

NOTAS

¹ O presente trabalho é fruto de uma tese de doutorado em desenvolvimento no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Brasil), com financiamento público vinculado à CAPES. Também, que a pesquisa de dados primários foi elaborada a partir do projeto de pesquisa “Um homem de dois mundos: o pensamento político de José Bonifácio”, coordenado e integrado pelos autores do artigo.

² Finda a sua instrução formal na Universidade de Coimbra, José Bonifácio seria admitido no ano de 1789 à recém-formada Academia Real das Ciências de Lisboa, partindo no ano seguinte para uma viagem científica custeada por essa instituição através da Europa, passando dez anos em comitiva e visitando países como: França (observando pessoalmente os desdobramentos da Revolução), Inglaterra, Áustria, Suécia, Itália, Noruega e Saxônia, onde se diplomou pela Escola de Minas de Freiburg em Mineralogia. Ao retornar, então, a Portugal: “Em 1801, pela carta régia de 15 de abril, José Bonifácio foi indicado para prover a cátedra de Metalurgia na Universidade de Coimbra. Na mesma data, foi habilitado a receber o capelo doutoral da Faculdade de Filosofia, dispensado de teses e de exame privado, tendo sido efetivado na sessão pública de 20 de junho de 1802. Pela carta régia de 18 de maio de 1801, foi nomeado “Intendente Geral das Minas e Metais do Reino” e membro do Tribunal de Minas, cabendo-lhe dirigir as Casas da Moeda, Minas e Bosques de todo Portugal. Por decreto de 8 de julho de 1801, foi designado para administrar as antigas minas de carvão de Buarcos e restabelecer as antigas fundições de Vinhos e Avelar. Por decreto de 12 de novembro de 1801, foi nomeado diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa, com a incumbência de organizar os trabalhos experimentais de química e docimasia metalúrgica. No mesmo ano, foi galardoado com o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, por portaria de 17 de julho (...). Pela carta régia de primeiro de julho de 1802, recebeu a incumbência de administrar e ativar as sementeiras de pinhais nos areais das costas marítimas. Por alvará de 13 de julho de 1807, foi nomeado superintendente do Rio Mondego e Obras Públicas da Cidade de Coimbra, bem como diretor das obras de encanamento e dos serviços hidráulicos do mesmo rio” (Carneiro da Silva, 2020, pp. 19-20).

³ Dessa maneira, perfilamos o nosso entendimento acerca do papel e da importância de José Bonifácio para o processo de Independência a duas interpretações consagradas na historiografia sobre o período: “Construtores e herdeiros: A trama dos interesses na construção da unidade política”, de Ilmar R. de Mattos (2005), onde o autor busca sustentar a hipótese de que os “construtores” do Império brasileiro foram também herdeiros (de uma ideia e de uma tradição política – o reformismo português); e nos escritos de Ana Rosa Clochet da Silva (1996, 2006), onde encontramos páginas luminosas acerca dessa “tradição política” comentada, e do lugar que José Bonifácio ocupou neste concerto de ideias.

⁴ Não se quer afirmar que não houve outros *policy*

makers herdeiros das ideias do Marquês de Pombal na administração portuguesa, que junto com a família real desembarcaram no Brasil. Contudo, afirma-se que o primeiro e mais destacado operador político do *Brasil independente* que possuía esse recorte foi, de fato, José Bonifácio de Andrada e Silva.

⁵ Na passagem a seguir, é traduzida certa interpretação sobre o processo da Independência brasileira que se acomoda à abordagem explorada no trabalho apresentado: “Mas ocorria, em particular, o que Euclides da Cunha chamou de “uma antinomia notável”: as Cortes eram liberais no referente a Portugal, mas visavam recolonizar o Brasil, de sorte que o absolutismo (com o rei aqui) tinha sido mais suportável para a consciência brasileira do que o liberalismo oficial de agora. As medidas planejadas devolviam às competências metropolitanas o controle total sobre nossa vida [tendo como referência que o autor fala do Brasil]. (...) Eram essas as circunstâncias que viriam condicionar as tomadas de posição por parte dos condutores da política brasileira, quando se consumasse a independência. Não havia ainda conteúdos “ideológicos” nem antinomias partidárias profundas; mas os desentendimentos dentro mesmo do grupo que comandou as coisas ao fazer marchar o processo da emancipação política (com seu séquito de soluções jurídicas, econômicas, parlamentares), esses desentendimentos correspondendo, como correspondiam, ou a interesses materiais distintos, ou a diferentes concepções da trama que se vivia, seriam a matriz das divergências que iriam marcar a vida das cúpulas políticas no país de todo o período dos dois reinados” (Saldanha, 2001, p. 88).

⁶ Para a citação de J. Benda como exemplo de intelectual (ver Passiani, 2018); a caracterização do político profissional encontra-se em Weber (1967).

⁷ A partir do comentário de José Murilo de Carvalho, fica evidente a diferenciação que o autor aponta: “No início do século XIX, a colônia espanhola dividia-se administrativamente em quatro vice-reinados e quatro capitânicas gerais que ao meio do século se tinham transformado em 17 países independentes. Em contraste, as 18 capitânicas-gerais da colônia portuguesa, existentes em 1820 (excluída a Cisplatina), formavam, já em 1825, vencida a Confederação do Equador, um único país independente” (Carvalho, 2003, p. 15).

⁸ Sobre este tema em específico, cabe citarmos o esclarecedor trabalho de Ana Rosa Clochet da Silva *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)* (Silva, 1996).

⁹ O texto traz três “capítulos”: Negócios da União; Negócios do Reino do Brasil; e Negócios da Província de São Paulo.

¹⁰ No dia 9 de janeiro de 1822, D. Pedro decide permanecer no Brasil, contrariando as demandas das Cortes de Lisboa. Esse dia acabaria conhecido na historiografia brasileira como o “dia do fico”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencastro, L. F. (11 de julho de 2022). 200 anos da independência: Ecos do passado. VEJA. <https://veja.abril.com.br/brasil/200-anos-da-independencia-ecos-do-passado/>
- Andrada e Silva, J. B. (1973). *Obra completa de José Bonifácio* (O. Nogueira, Org.; Vol. 2). Senado Federal, Conselho Editorial.
- Barreto, V. (1982). *Curso de Introdução ao pensamento político Brasileiro. Unidade I e II* (Vol. 1). Brasília: UnB Editora.
- Carneiro da Silva, E. de F. (2020). *Memória sobre a vida, obra e o pensamento político-jurídico de José Bonifácio de Andrada e Silva (1783-1823)*. Belo Horizonte: Arraes Editores.
- Carvalho, J. M. de. (1982). Political Elites and State Building: The Case of Nineteenth-Century Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, 24(3), 378-399.
- Carvalho, J. M. de. (2000). Dreams Come Untrue. *Daedalus*, 129(2), 57-82.
- Carvalho, J. M. de. (2003). *A construção da ordem e Teatro das sombras* (16ª Ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cezar, T. (2005). Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História (São Paulo)*, 24, 207-240. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000200009>
- Costa, E. V. da. (2010). *Da Monarquia à República* (9ª ed). Editora Unesp.
- Dolhnikoff, M. (2012). *José Bonifácio. O Patriarca Vencido* (Vol. 1). São Paulo: Companhia das Letras.
- Faoro, R. (1989). Aqui a Revolução era (e é) outra coisa. Lá os ideólogos acabaram sendo mais importantes que os filósofos. *IstoÉ Senhor*, 24-31.
- Lynch, C. E. C. (2005). O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de poder moderador no Brasil (1822-1824). *Dados*, 48(3), 611-653. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000300006>
- Lynch, C. E. C. (2008). O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 74, 59-92. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000200004>
- Lynch, C. E. C. (15 de outubro de 2011). Saquaremas e luzias: A sociologia do desgosto com o Brasil. *Revista Inteligência*. <https://inteligencia.insightnet.com.br/saquaremas-e-luzias-a-sociologia-do-desgosto-com-o-brasil/>
- Lynch, C. E. C. (2014). *Monarquia sem despotismo e Liberdade sem anarquia. O pensamento político de Marquês de Caravelas (1821-1836)*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Mattos, I. R. de. (2005). Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In I. Jancsó (Org.). *Independência: História e Historiografia* (pp. 271-300). São Paulo: Hucitec.
- Maxwell, K. (1997). *Marquês de Pombal. O paradoxo do Iluminismo* (2ª Ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Monteiro, N. G. (2009). A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. *Tempo*, 14, 51-67. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000200005>
- Neves, L. M. B. das. (2003). *Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: REVAN.
- Passiani, E. (2018). Figuras do intelectual: gênese e devir. *Sociologias*, 20, 16-47. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004701>
- Pimenta, J. P. G. (2006). Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack Braziliense*, 3, Artigo 3. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i3p69-80>
- Saldanha, N. N. (2001). *História das idéias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Silva, A. R. C. da. (1996). *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. São Paulo: Unicamp. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/103235>
- Silva, A. R. C. da. (2006). *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português*. São Paulo: Hucitec.
- Sousa, E. S. T. de. (2019). Notas sobre o pensamento de José Bonifácio na construção de um Império Luso-Brasileiro (1790-1822). *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, 20. <https://doi.org/10.20889/M47e20013>
- Varnhagen, F. A. de. (2010). *História da Independência do Brasil*. Senado Federal, Conselho Editorial; PDF.
- Weber, M. (1967). A política como vocação. In W. Mills, & H. H. Gerth (Orgs.). *Ensaio de Sociologia* (W. Dutra, Trad., 2ª Ed, pp. 97-153). Rio de Janeiro: Zahar.